

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE ABRIL**

ATA Nº 2/2017

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 2/2017

1. Aos três dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, no Auditório Municipal, teve lugar a Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 10 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Maria Josefa U. Ramalho de Oliveira (1.ª Secretária), Hugo Miguel Seródio Mendes (2.º Secretário), Sophie Veiga Fontes, Cátia Alexandra de Sousa Silva, Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, Paulo Jorge Piteira Campino, Rui Manuel Sobral, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), José Filipe Godinho Barradas, Ana Sópia Gaspar Azenha, José Manuel Batista Leitão, Ana Teresa Pires Caetano, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, Orlando António Neves Dias, José Manuel Fernandes, João Manuel Ninhos de Sá, Renato Manuel Neves Ropio (CDU); Pedro José Barbas Martins, Luís Filipe Laranjo Matias (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Arranja Martins de Barros, os Vereadores Elsa Cristina dos Santos Caeiro, Joaquim Manuel Marques Soeiro, Sílvia Leonor Seatra dos Santos, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas e Antónia Maria Vilelas Mendes e pelo Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, verificando a existência de condições para o começo dos trabalhos, saudou todos os presentes e deu início ao período antes da ordem do dia, informando que todos têm um lacinho, pois este mês é o mês da prevenção dos maus tratos das crianças e este lacinho azul simboliza as nodos negras das crianças. Refere que lhe foi pedido para entregar os laços e convidar todos a juntar-se às ações que decorrerão durante o mês.
6. De seguida, colocou à apreciação o Projeto de Ata n.º 6/2016 referente à sessão realizada no dia 28 de dezembro de 2016.
7. Não havendo intervenções, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, com 19 votos a favor (não participaram na votação, por não terem estado presentes os Membros Maria Josefa Oliveira, Ana Caetano e João Sá), o **Projeto de Ata n.º 6/2016**, referente à sessão realizada no dia 28 de dezembro de 2016.
8. A partir deste momento passou a integrar a sessão o Membro Valentino Cunha.
9. O **Membro Pedro Barbas** saúda todos os presentes e apresenta, em nome da Bancada do PSD, o **Voto de Louvor “A vida e obra do Padre Manuel da Silva Aires”**. (Anexo 2/17)
10. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a Moção apresentada pela Bancada do PSD.
11. Foi **aprovado**, por **unanimidade**, o **Voto de Louvor “A vida e obra do Padre Manuel da Silva Aires”**. (Anexo 2/17)

12. A **Membro Maria João Silva Luz** saúda todos os presentes e pede desculpa de não trazer nada escrito, mas foi confrontada com uma notícia que a deixou extremamente triste e gostava de pedir à Assembleia um voto de pesar pelo falecimento da Enfermeira Lurdes.
13. Refere que nos tempos que correm, quando se diz que a saúde está mais desumanizada, pensa que em Vendas Novas não há ninguém que não tenha uma palavra de carinho com ela, pela sua maneira de estar, pela prestação que fez aos utentes e tem pena de não ter elaborado nada com mais consistência, mas não queria deixar de passar este dia, propondo um voto de pesar e que se fizesse chegar o mesmo aos filhos.
14. O **Membro Luís Matias** saúda todos os presentes e informa que a bancada do PSD se associa ao voto de pesar apresentado pela membro Maria João, pois consideram que a Enfermeira Lurdes representa, para quem conviveu com ela, um sentimento de fraternidade, de amizade e de bondade, assim, a bancada PSD também propõe que se faça um minuto silêncio em memória da Enfermeira Lurdes
15. A **Membro Paula Valentim** saúda todos os presentes e informa que a bancada do PS também se associa ao referido voto de pesar, porque, efetivamente, a Enfermeira Lurdes foi um marco para todos os que a conheceram, um marco de profissionalismo e como pessoa merece de facto essa homenagem, informando que também se associa ao Membro Luís Matias para que seja feito um minuto silêncio.
16. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o **Voto de Pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da Enfermeira Lurdes Silva**.
17. Foi **aprovado, por unanimidade, o Voto de Pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da Enfermeira Lurdes Silva**.
18. Foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento da Enfermeira Lurdes Silva.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2016:

Relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, mapas de execução orçamental, anexos às demonstrações financeiras e os anexos: resumo diário de tesouraria, bens sem valorização, mapa anexo demonstrações financeiras (inventário) e anexos relativos a lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Presente, também, Certificação legal das contas, relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas.

19. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que faça a respetiva introdução.
20. O **Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias**, saúda todos os presentes e antes de introduzir o presente ponto informa que, em nome do executivo da Câmara Municipal, se associa a este voto de pesar de todas as bancadas da Assembleia Municipal, num momento certamente difícil para a família e para toda aquela grande família, que é o Centro de Saúde Vendas Novas, onde durante tantos anos a referida Enfermeira prestou serviço à nossa comunidade e aos vendasnovenses, manifestando, em nome da Câmara Municipal, um profundo sentimento de pesar pela perda desta munícipe.
21. Relativamente ao ponto, informa em primeiro lugar, que, tratando-se da última prestação de contas que será apresentada no presente mandato autárquico, por uma questão de coerência, de análise de evolução, mas também de prestação de contas que é devida a esta assembleia, sendo também um sinal de respeito, o executivo decidiu também traçar um perfil evolutivo daquelas que foram as contas do município com caráter profundamente técnico, ao longo do presente mandato autárquico desde 2013, até ao presente ano, com o encerramento das contas de 2016.

22. Sem ir ao detalhe da comparação que está espelhada em muitos pontos destes documentos, destaca apenas algumas coisas que considera importantes, sendo este o documento que tecnicamente melhor espelha a evolução sentida pela Câmara Municipal de Vendas Novas, no que diz respeito a matérias financeiras e também a princípios de gestão.
23. Afirma que se tratam de documentos ímpares, pois há muitos anos que um executivo não tinha a honra de apresentar documentos com resultados tão bons, mas ainda há muito caminho a percorrer e a situação ainda não é totalmente positiva, havendo ainda uma pesada dívida, como se pode verificar no relatório, embora seja cerca de metade daquela que o executivo encontrou em 2013.
24. Refere que ao longo de todo o mandato o executivo sempre foi cumprindo as leis que regulam a gestão pública nas autarquias, nomeadamente a lei dos compromissos, que foi cumprida todos os meses ao longo deste mandato, designadamente no que diz respeito a fundos disponíveis, mas também a lei do equilíbrio orçamental que determina que as receitas correntes brutas do Município têm que ser superiores às despesas correntes, somadas da amortização dos empréstimos de médio longo prazo, existindo também uma execução da receita superior a 85 %, tal como a lei determina.
25. Entrando nas execuções e também em linha com o restante mandato autárquico, informa que a execução da receita e da despesa estão muito alinhadas com aquele que foi o comportamento das finanças municipais ao longo deste quadriénio, sendo o ano 2016 marcado por 99 % de execução da receita e por 90 % da execução da despesa, claramente em linha com o comportamento dos orçamentos anteriores.
26. No que diz respeito às grandes opções do plano, afirma que também é de facto o melhor ano, com 86% de execução das grandes opções do plano, sendo óbvio que os orçamentos não são documentos estanques no tempo, têm que ter a flexibilidade necessária para ser alterados e revistos e quando o executivo apresenta um orçamento tem o cuidado de inscrever no mesmo, receitas que, caso não se venham a executar, tal como referido no ano passado e também no presente orçamento para 2017, serão retiradas, pois no fundo dependiam de fatores externos para a sua execução.
27. Destaca que o único ponto que não está como o executivo pretendia é o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), sobretudo devido ao atraso do quadro comunitário, o que levou o executivo a ir protelando até ao final do ano algumas obras cuja intenção era terem arrancado em 2016, mas, com as aprovações das candidaturas e com os financiamentos conseguidos só no final do ano, não foi possível realizar no ano passado, sendo essa a principal justificação da execução um pouco mais baixa, mas que não está muito fora daquela que foi a tendência de todo o mandato e bem distante das execuções verificadas no passado.
28. Destaca ainda os indicadores de gestão, quer a solvabilidade, quer os principais indicadores que medem e avaliam as práticas de gestão ao longo do ano, afirmando que todos eles estão melhores, sendo esta uma nota francamente positiva, que representa o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo executivo e pelos técnicos do município ao longo de mais um ano.
29. Não se pretendendo alongar, destaca também o endividamento a fornecedores, informando que no final do ano não existem dívidas vencidas de curto prazo, tal como já tinha sido referido na sessão de fevereiro, mas destaca sobretudo a evolução da dívida total com a inclusão das participadas da câmara municipal e que, seguindo a métrica de contabilidade pública que o executivo sempre tem vindo a seguir, aponta para uma redução, dos cerca de oito milhões para quatro milhões e cem mil euros, havendo uma redução para cerca de metade da dívida total da câmara. Caso seja retirado o efeito das participadas, verifica-se uma redução de cerca de 50 % no quadriénio e uma redução de cerca de 500 mil euros no ano 2016.
30. Refere que é certo que neste momento, e uma vez que só existem dívidas de acordos de pagamento ou de médio longo prazo à banca, com juros, na maior parte dos casos, muito baixos não é vantajoso reduzir mais esta dívida, devendo ir-se pagando os empréstimos porque têm efetivamente juros vantajosos e portanto a redução da dívida foi feita mais durante os primeiros anos do mandato em que o executivo tinha amortizações

importantes para fazer e agora tende a estabilizar no meio milhão por ano, que são reduções feitas nos empréstimos de médio e longo prazo.

31. Por último, em relação à capacidade de endividamento do Município, informa que esta também tem vindo sempre a aumentar à medida que a saúde financeira melhora no Município de Vendas Novas, dotando o Município de capacidade de fazer os investimentos necessários caso venham a ser possíveis, apesar de um mal menor, que foi o plano saneamento financeiro, que todos conhecem e que limita o executivo na sua atuação mas que serviu para pagar as dívidas a fornecedores que nunca deviam ter sido contraídas.
32. No entanto, tendo essas dívidas sido contraídas e sendo insuportáveis para os fornecedores, considera que foi um mal menor com que o executivo teve que lidar logo no início do mandato, transferindo essas dívidas de curto prazo para o longo prazo, ou seja, dois milhões de euros transitaram dos fornecedores para a banca, sendo que no ano anterior esse empréstimo foi revisto e reduzida a taxa de juro de 5,5 para 1,65, o que constitui uma enorme redução dos juros a pagar à banca com este plano de saneamento financeiro.
33. Portanto, afirma que o que o executivo tem para apresentar à presente Assembleia, em matéria de prestação de contas, é um documento que reflete uma estratégia definida desde o início, com rigor, com critérios de transparência, de participação pública, relembrando os projetos do orçamento participativo e que também tem uma série de informação relativa às atividades e investimentos principais ao longo do ano 2016 e que constituem um motivo de orgulho tanto para a Assembleia como para a Câmara Municipal, porque de facto, em matéria de atividades têm sido criadas coisas novas e em matérias de investimentos o executivo tem vindo a fazer o que lhe é possível, nomeadamente com infraestruturas básicas, na reabilitação urbana, na mobilidade.
34. Informa que, finalmente, neste momento a Câmara Municipal já pode fazer candidaturas ao quadro comunitário, tendo dinheiro disponível para pagar os 15% da comparticipação nacional. Afirma que o executivo não quer de forma alguma perder este quadro comunitário, pois o Município já perdeu muitos investimentos porque não tinha capacidade financeira para os aproveitar e daqui para a frente a Câmara Municipal está dotada dos meios necessários para fazer face a esses 15% da comparticipação nacional de projetos comunitários, numa estratégia de desenvolvimento urbano que foi traçada e que vai permitir requalificar a nossa cidade.
35. Considera que tudo isto só é possível com este importante trabalho de gestão, que muitas vezes não é visível e que será o que menos votos vai dar a quem quer que seja, no entanto, trata-se um trabalho essencial para que o Município consiga ter a ambição de dar cada vez melhores condições e qualidade de vida aos seus munícipes.
36. O **Membro Luís Matias** pretende deixar algumas notas, um pouco em linha com o que foi dito pelo Sr. Presidente, destacando uma vez mais o cumprimento da lei dos compromissos e da lei do equilíbrio orçamental por parte do executivo municipal, bem como dos prazos médios de pagamento inferiores a 90 dias, como também é referido na lei.
37. Referindo-se a nível total e não a nível de parcelas, destaca que a dívida total do Município passou de cerca de 7,5 milhões em 2013 para aproximadamente 4,1 milhões em 2016, o que representa uma redução de 45%.
38. No que diz respeito aos indicadores financeiros, frisa a execução das GPO's, que é superior a 80 %, sendo que em 2013 não atingia os 70 %, a execução da receita que evoluiu de 80 % em 2013 para 99 % em 2016 e da despesa que evoluiu de 77 % em 2013 para 90 % em 2016.
39. Afirma que estes indicadores demonstram a gestão que tem sido feita pelo executivo, no qual o PSD está integrado, em prol da nossa comunidade.
40. No entanto, considera importante ler estes documentos e ver que mesmo melhorando o nível financeiro da autarquia foi possível investir em vários setores, como por exemplo, na educação com as intervenções importantes em vários espaços, na cultura, com uma oferta cultural contínua sempre disponível a todos os munícipes, na economia, com a StarUp Alentejo, tal como a nível do trânsito, acessibilidades e infraestruturas.

41. Para finalizar, destaca também o desenvolvimento de vários planos em matéria de ordenamento do território, procurando um território mais sustentável para futuro, como é o caso do PEDU. Destaca também a aposta constante na juventude, por exemplo com o conselho municipal de juventude, com as academias de verão, com o Garden Music Festival e, novamente, com a StarUp Alentejo.
42. Afirma que, como já referiu diversas vezes, este executivo conseguiu fazer muito com pouco, sendo este o trabalho que o PS e o PSD têm conseguido fazer em Vendas Novas nestes últimos 4 anos.
43. Refere que o PSD tem sempre vontade de fazer melhor por Vendas Novas e para Vendas Novas, razão que tem levado a serem apresentadas constantemente propostas por parte da bancada do PSD e dos seus eleitos noutros órgãos, muitas delas também motivadas pela JSD.
44. Congratula o executivo por esta prestação de contas, que é uma prestação de contas correta e certa e que é capaz de nos garantir o futuro.
45. O **Membro José Leitão** saúda todos os presentes e informa que a bancada da CDU não se revê na apresentação feita pelo Sr. Presidente, que até faz um discurso dando a ideia que já ganhou as eleições de outubro, o que não aconteceu e nessa altura irá ver-se quem será o próximo executivo do Município, considerando que deverá haver alguma moderação.
46. Em relação à questão da dívida à Sociedade do Parque Industrial, informa que a bancada da CDU não se revê nesse entendimento, tal como já o disseram inúmeras vezes e essa dívida continua aparecer no relatório da Revisora Oficial de Contas, afirmando que a bancada da CDU não a considera, apesar de reconhecer que houve uma redução da dívida, mas nunca nos modos como é apresentada aqui.
47. Em segundo lugar, afirma que as taxas de execução são as que são porque houve alterações orçamentais que levaram a que as taxas fossem estas e, como já foi dito, as percentagens valem o que valem e são alteradas e afinadas a gosto e depois aparecem como sendo umas taxas maravilhosas, quando assim não o é, como por exemplo, as taxas das GOP's apresentadas seriam as mais baixas do mandato se não tivesse havido a alteração ao orçamento em 21 dezembro.
48. Refere também que este foi um mandado de gestão corrente e isso pode ser confirmado quando se vai a um dos indicadores que constam do relatório, que refere que o nível de investimentos sobre a despesa total neste ano foi de 6,49 %.
49. Ou seja, existem duas hipóteses, ou o atual executivo pensa que não existe mais nada para fazer em Vendas Novas, pois está tudo feito e nesse caso significa que a CDU deixou tudo feito porque não há memória de haver uma percentagem de 6,49 %, estando a falar-se de investimentos e não das despesas de capital que é uma coisa diferente e por isso aí aparecem outros indicadores.
50. Além do mais, refere que existe depois uma outra realidade que é a transferência do saldo orçamental de 2016, no valor de 1 milhão de euros, pelo que pergunta porque razão não se aplicou essa verba.
51. Como última nota, afirma que o resultado líquido da autarquia é superior a 1 milhão de euros negativos, e ainda que este indicador uma exaustiva análise, considera que o mesmo é preocupante, até porque tem sempre vindo a ser um valor negativo.
52. Informa que, em relação a este relatório e ao ponto 2 da ordem de trabalhos, que estão interligados, a bancada da CDU considera que não se está perante um documento tão bom como foi considerado pelo Sr. Presidente.
53. O **Membro Valentino Cunha** saúda todos os presentes e afirmando que nesta sessão se está novamente a falar de coisas que sempre foram faladas ao longo do mandato, mas possivelmente por serem as contas de 2016 e por ser a última Assembleia Municipal de prestação de contas em que os atuais membros estão presentes, pois a democracia logo tratará de os recolocar aqui ou não, convém voltarem a debruçar-se sobre o que se passou nestes anos e qual foi a evolução.

54. Refere que se falou da correção orçamental que foi aprovada no final do ano passado e considera que convém relevar que a mesma não afetou significativamente as receitas correntes, verificando-se que grande parte da variação orçamental registrada foi nas receitas de capital.
55. De facto, olhando para a percentagem de investimentos sobre a despesa total, refere que é óbvio que a CDU tem razão quanto ao valor de 6,49 %, pois consta dos mapas e não o vai desmentir, mas possivelmente a CDU continua a achar que investimento é só betão, e que só betão é que conta para investir na nossa cidade e no nosso concelho.
56. Possivelmente por ser ano de eleições, a CDU acha estranho que não haja aqui uma enxurrada de dinheiro para obras, para depois endividar o Município como já tinha vindo a ser hábito durante os últimos mandatos.
57. Quanto à redução do resultado líquido que é de cerca de 650 mil euros, aliás excecional foi o ano de 2015 porque a tendência anda sempre à volta de um milhão de euros negativos, verifica-se que grande parte disso é explicado, cerca de 700 mil euros de pressão negativa, por ganhos extraordinários que resultam da regularização de subsídios ao investimento e também de perdas em imobilizações, como faz parte a doação do terreno do Município para o novo quartel dos Bombeiros.
58. Afirma que por se estar na última prestação de contas deste mandato, olha-se para trás e verifica-se que a CDU já nos habituou muita coisa, houve uma fase em que apenas corrigiu umas gralhas nos documentos, noutra fase abstinha-se de votar, designadamente no orçamento, e recentemente já pouco intervém, afirmando que já não esperava que fizessem uma intervenção na presente sessão.
59. Relativamente a isso, considera que convém lembrar aqui alguns dados, pois no que respeita à dívida a fornecedores, esta reduziu de 1,5 milhões em 2013, para 680 mil euros em 2016, no que respeita à dívida total reduziu-se de 7,5 milhões ou 6 milhões sem o parque industrial, para 4,1 milhões em 3 anos, quando a CDU nos últimos 12 anos em que esteve no executivo aumentou em 230 %.
60. No que respeita às execuções de receita e da despesa, refere que estas ultrapassam os 90 %, no que respeita ao empréstimo de saneamento financeiro, afirma que o mesmo nasceu do descalabro financeiro em que a CDU deixou a Câmara, mas o atual executivo reduziu o spread de 5 % para 1,85 %.
61. Relativamente ao saldo corrente, afirma que este é agora positivo, no que respeita a liquidez imediata, ela aproxima-se de 1, estando quase três vezes acima de 2013, no que respeita ao IMI reduziu-se para 0,34 % e aplicou-se o chamado IMI familiar às famílias com dependentes.
62. No que diz respeito a pagamentos em atraso, afirma que são de 0 euros e no respeito a investimentos, que é a bandeira da CDU, o atual executivo procedeu à requalificação da estrada da Afeiteira, da Rua Carlos Pacheco, da Rua do Bocage, entre outras e também garantiu manuais escolares gratuitos para o 1º ciclo, participou medicamentos aos idosos mais carenciados, está a requalificar o antigo mercado, atraiu mais empresas que vão gerar mais emprego, introduziu o orçamento participativo, deu dignidade às Festas do Concelho, diversificou a oferta cultural e poderia enunciar ainda mais.
63. Termina perguntando se a CDU necessita de mais dados para justificar a evolução nos últimos 4 anos.
64. O **Presidente da Câmara Municipal** esclarece que a bancada CDU passou de uma fase inicial em que dizia que o atual executivo estava a fazer bem e se fosse a CDU também o faria, para uma segunda fase do mandato em que esteve calada, cerca de 2 anos e agora passou para uma terceira fase em que diz que fariam mas o atual executivo não o fez e portanto afirma que se trata de uma tentativa de reescrever a história, que também é muito habitual da CDU.
65. Em relação a cada um dos pontos colocados pelo membro José Leitão, sobre a Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas afirma que há muito pouco a dizer quando existem instituições públicas competentes em matéria de fiscalização das contas do Município a dizer como estas questões têm de ser tratadas.

66. Refere que se trata de uma participada da Câmara Municipal, em que esta detém 49 % e portanto os resultados daquela entidade têm que ser revertidos nas contas da Câmara, tal como acontece, por exemplo, com a própria CIMAC.
67. O que considera estranho é que durante anos a Câmara revertia as contas da CIMAC, da Associação Nacional de Municípios e de outras participadas na sua contabilidade, mas não as da referida sociedade, por uma questão meramente política, porque era uma sociedade falida, sem capacidade atração de investimento e que servia para muito pouco.
68. Afirma que isso está à vista, pois a referida sociedade fechou e têm aberto novas empresas no Parque Industrial e estão ainda a abrir mais e portanto está aqui a prova daquilo que referiu, sendo que a referida sociedade foi um capítulo muito importante da história do desenvolvimento económico do concelho de Vendas Novas, mas que chegou ao seu fim e a Câmara Municipal, por questões meramente político-partidárias, não revertia isso nas contas do Município.
69. Portanto, afirma que a referida sociedade faliu, foi declarada a sua insolvência, tal como foi dito que aconteceria há muitos anos pelo atual executivo, e apenas nessa altura a dívida do Município desaparece da sua alçada e da sua responsabilidade, tal como determinam as normas de contabilidade pública. Assim, o que se está a comparar é o comparável, é a dívida total da Câmara Municipal com as participadas, quer em 2013, quer em 2016, mas este exercício também poderia ser feito sem as participadas e nesse caso a dívida total neste momento ainda seria inferior a 4,1 milhões, seria apenas 4 milhões, mas isso não é feito porque não é sério.
70. Afirma que sério é reverter nos documentos de contabilidade pública oficiais da Câmara Municipal aquelas que são as suas responsabilidades em matéria de endividamento, nomeadamente com as participações que tem.
71. Considera que grave foi, e isso nunca foi dito, os quase 500 mil euros das faturas das águas que estavam por registar na contabilidade da Câmara e que foram registradas quando o atual executivo assumiu funções, sendo que a CDU nunca mais falou nesse facto, porque certamente não lhe dá jeito.
72. Em matéria de execuções, afirma que apresenta também indicadores muito importantes que acha que a Assembleia devia conhecer porque a memória às vezes pode ser curta.
73. Refere que em 2011 e 2012, anos sob alçada e gestão da CDU em Vendas Novas, as execuções foram, em 2011 nas GOP de 39 %, face aos 86 % deste ano 2016, no PAM foi de 65 % em 2011 e em 2016 94 %, no PPI houve uma execução de 26 % em 2011 e em 2016 foi de 86 %, e o Membro José Leitão ainda critica os 86 %, quando mesmo sem a revisão atingia os 84 %.
74. Afirma que a responsabilidade do executivo é lembrar as pessoas do passado que tivemos e aquele que é o futuro que o executivo está a construir e passar de 26 % em 2011, para 86 % em 2016. Isto é planear e o referido membro ainda disse que em 4 anos esta execução foi a pior.
75. Poderá ainda dar as execuções de 2012, que foram de 42 % no PPI, afirmando que esta era a bitola das execuções com a CDU na Câmara Municipal, entre os 20 % e os 40 % e agora o executivo do PS e do PSD é criticado, quando este, num único mandato passou das referidas execuções para mais de 80 % e ainda dizem que é um orçamento de gestão corrente.
76. Sobre a gestão corrente, afirma que não irá fazer o elenco das obras, porque isso já foi feito, no entanto, considera que há que reconhecer que há muita obra de proximidade feita que não entra em PPI porque é despesa corrente, designadamente, de manutenção, de requalificação e de investimento mais pequeno, que pelo seu volume não justifica entrar no plano de investimentos e vai para a despesa corrente.
77. Refere que se fossem somadas ao PPI todas essas despesas correntes, a execução deste possivelmente passaria de 86 % para 90 %.

78. Para terminar, refere que foi dito que sobrou dinheiro e questionada a razão do mesmo não ter sido gasto, os 962 mil euros que seguidamente serão votados de saldo transitados, informando que foi porque o executivo tem uma estratégia e segue-a.
79. Afirma que este é o princípio mais básico da gestão, definir e executar uma estratégia, que foi o que o executivo fez e chegou ao final do ano e não o conseguiu, no entanto isso não dependeu da Câmara, pois os fundos comunitários atrasaram-se, mas o executivo seguiu uma estratégia e essa estratégia disse-lhes não gastariam porque não tinham previsto gastar, ao contrário da bitola utilizada nos últimos dois mandatos, gastar independentemente de estar ou não na estratégia, mas o atual executivo não pensa assim.
80. Informa que esse dinheiro irá agora reforçar o orçamento e vai permitir reforçar muito dos projetos estruturais que estão inscritos no PEDU, que serão candidatos e que vão contribuir para uma qualidade de vida melhor no Concelho, quer na área da mobilidade, na área de requalificação urbana e na requalificação de escolas, que é onde esse dinheiro tem que estar.
81. Como se irá ver de seguida, existem muitos projetos que estão no PPI de 2017 com pouca verba, e o executivo anunciou logo isso e portanto afirma que este saldo não foi executado 2016, com pena do executivo porque se as obras estivessem executadas seria muito bom, até do ponto de vista político, pois estando em ano eleitoral, imagine-se o que seria ter 963 mil euros de obra executada em 2016 e mais dinheiro para executar este ano, seria uma maravilha e qualquer Presidente ou Vereador de executivo da Câmara Municipal queria isso mesmo.
82. Em termos do resultado líquido do exercício, essa questão já foi referida pelo Membro Valentino, sendo este agravado pelo donativo de um terreno feito aos Bombeiros Voluntários, perguntando se a CDU questiona esse donativo. Acrescenta que este resultado líquido também é influenciado pelas amortizações de património que não estava registado. Afirma que este executivo está a fazer aquilo que já devia ter sido feito há muito tempo, informando que a Câmara Municipal não tem registado na conservatória, o pavilhão, as piscinas, a rodoviária, o mercado, as escolas, nem o próprio edifício da Câmara, e o atual executivo está a proceder a uma legalização de património, que tem peso contabilístico no resultado líquido de cada ano, o que acontecerá daqui para a frente.
83. Refere que o que conta, os indicadores importantes, são o endividamento da Câmara, a evolução das dívidas, a capacidade da Câmara ser solúvel, ser uma instituição com solvabilidade e essa mesma evolução, bem como a sua liquidez e tal como referiu o Membro José Leitão, a Câmara Municipal passou com um saldo transitado de 963 mil euros e não era este o saldo transitado que existia quando o atual executivo chegou à Câmara Municipal.
84. Afirma que atualmente a Câmara Municipal tem a capacidade de fazer face às necessidades do dia-a-dia, que nem tudo lhe corre bem, mas que está a fazer o seu melhor e que se eventualmente pudesse ser acusada de muita coisa, nada é de nada daquilo que o Membro José Leitão acusou.
85. O **Membro José Filipe Barradas** saúda todos os presentes e sem entrar em pormenores, refere que o Presidente disse que se andava a faltar de trabalhar e que não andava a brincar para que as coisas corressem bem, afirmando que os que estiveram anteriormente na Câmara Municipal também trabalharam, falando também por si, pois esteve na mesma durante 26 anos e o Presidente não se deve esquecer de uma série de coisas, nomeadamente que atualmente são feitos grandes eventos ao desporto, mas alguém construiu as instalações e não foi o Presidente, nem a sua equipa.
86. Afirma que o Presidente modificou agora um e construiu dois pequenos campos de jogos e se agora o Presidente faz eventos culturais, alguém construiu os equipamentos culturais e o Presidente ainda não construiu nenhum.
87. Refere ainda que se agora existem terrenos para vender, para fazer coisas e para dar, e fez muito bem em relação à cedência aos Bombeiros, com a qual está completamente de acordo, no entanto, alguém comprou os referidos terrenos, foi a Câmara Municipal, mas foi outro executivo.

88. Segundo tem conhecimento, o Presidente ainda não comprou nenhum terreno, não mandou fazer nenhum equipamento desportivo, nenhum equipamento cultural e até mesmo as viaturas são as que foram adquiridas pelos outros executivos, pois se o Presidente comprou foi uma ou duas.
89. Considera que o Presidente também não pode deixar implícito e tentar acusar quem anteriormente esteve na Câmara, nem tentar denegrir a imagem daqueles que estiveram e construíram aquilo que hoje é utilizado pelo atual executivo.
90. Afirma que se o Presidente chegasse à Câmara com o que encontrou em 1980, quando chegou, em que não havia nada, possivelmente se hoje estivesse no lugar do Presidente, diria muito diferente que o Presidente está a dizer.
91. Quem ouve o Presidente falar, até parece que os que estiveram anteriormente não fizeram nada e que foi o atual executivo que fez tudo, mas o que é certo é que o Presidente nestas coisas não fez nada, referindo que têm feito algumas coisas, pois se em 4 anos no executivo não tivesse feito nada, seria péssimo.
92. Afirma que têm sido feitas pequenas coisas, mas o que questiona é a forma como o Presidente trata aqueles que estiveram anteriormente na Câmara e que construíram quase tudo aquilo que hoje é utilizado.
93. O **Presidente da Câmara Municipal** considera que existem alguns equívocos, porque de facto a sua pessoa não tem nada, não tem terrenos, mas há quem tivesse, não tem viaturas mas a câmara tem muitas, porque tudo é dos vendasnovenses e nada é seu.
94. Informa o Membro José Filipe, com o respeito que lhe tem, pois já foi seu presidente desta Assembleia, que mal seria se em 37 anos a CDU não tivesse feito o que fez, com tantos quadros comunitários, afirmando que é uma medalha que lhe coloca na lapela, a si e qualquer membro deste executivo, comparar 37 anos de gestão da CDU, com 4 anos do PS e do PSD.
95. Considera muito boa a referida comparação, pois isso significa que o Membro e vendasnovense José Filipe Barradas também tem expectativas neste equipa e isso é ótimo, acrescentando que o atual executivo não construiu muitos equipamentos, nem comprou muitas viaturas, porque quando o atual executivo chegou, ao contrário de quando o referido Membro chegou, não existia zero, existiam menos 7,5 milhões.
96. Com esses valores, pergunta como é que poderiam construir ou que viaturas poderiam comprar, afirmando que “sem ovos não há omeletes” e portanto, se quando o referido Membro chegou existia zero, quando o atual executivo chegou existiam 7,5 milhões e tinham que fazer tudo aquilo que a CDU fez em 37 anos, assegurar a cidade e com uma legislação que não lhes permitia contratar trabalhadores, tendo vindo a perder ao longo de 4 anos, sem ter a possibilidade de contratar, sem ter dinheiro para comprar viaturas, apenas foi adquirida uma carrinha para recolha de monos e foi preciso realizar poupanças em muitos setores.
97. Relativamente a equipamentos, informa que se estão a começar a fazer agora, quer com receitas próprias, quer com financiamentos comunitários.
98. Afirma que é óbvio que os equipamentos que existem têm de ser rentabilizados, mas se a CDU fez tanta obra, nomeadamente equipamentos desportivos e culturais, pergunta porque é que estes não tinham o uso que têm atualmente, tratando-se de mais uma medalha que é colocada na lapela deste executivo, pois de facto hoje há uma programação cultural, constante, permanente e estável, havendo iniciativas mensalmente, as coletividades utilizam os equipamentos e a Câmara Municipal tem eventos próprios.
99. Considera que é ótimo que tenham sido feitos os referidos equipamentos e ainda bem que a CDU os fez, sendo essa a grande riqueza de qualquer Concelho em democracia, é que todos contribuem com o que melhor sabem e podem, para o estado em que Vendas Novas se encontra atualmente.

100. Sublinha que é ótimo e uma grande medalha quando, a uma equipa jovem como a atual, se coloca a medalha de lapela a dizer e ao comparar 37 anos de gestão CDU com menos de 4 anos de liderança do PS.
101. O **Membro José Leitão** informa que não irá entrar aqui na questão da dívida, afirmando apenas que a Câmara Municipal sempre teve capacidade de endividamento, mesmo que a dívida fosse dos tais 7,5 milhões ainda havia cerca de 500.000 euros de capacidade de endividamento.
102. Refere que o Presidente diz que existiam 500 mil euros de faturas de águas por registar, mas não diz que não estavam registadas porque com o acordo feito com as Águas do Alentejo, eles deveriam ter procedido à realização de investimentos em Vendas Novas e como ainda não os tinham realizado, a Câmara não procedeu ao registo das referidas faturas de água, tendo sido essa a razão e não outra, como o Presidente tem conhecimento, mas insiste em contar metade da história, mas essa é uma habilidade sua que todos conhecem.
103. Relativamente ao que foi que foi dito pela bancada da CDU, de que as taxas de execução valem o que valem, o **Membro Luís Matias** refere, que se assim é, porque é que o Membro José Leitão logo a seguir a ter dito isso pegou nos 6,49 %, que também vale o que vale.
104. Relativamente às taxas da execução da despesa e da receita, como já referido várias vezes na Assembleia Municipal, afirma que se estão a atingir estas execuções porque estão a ser feitos orçamentos realistas e não orçamentos de 16 milhões, como eram feitos no tempo da CDU.
105. Em segundo lugar sobre o facto de sobrar dinheiro, refere que há uma coisa que pode parecer um bocadinho economia doméstica, mas não se deve de gastar tudo o que se tem, pois é bom ter para eventualidades, sem querer comparar a economia de uma autarquia com gestão doméstica, mas considera que é bom senso.
106. Relativamente aos 37 anos da CDU, se em 37 anos a CDU não tivesse feito tantos equipamentos, o que é que o atual executivo faria agora, acreditando que se PS e o PSD tivessem tido esses 37 anos, também teriam feito pelo menos os referidos equipamentos, porque se estava no ponto de desenvolvimento do Concelho.
107. Por fim, considera muito nobre que a CDU tivesse a tentar que as Águas do Alentejo avançassem com os investimentos que tinham prometido, mas se estas tivessem de facto feitos os referidos investimentos dos quais o Membro José Leitão falou, pergunta como seriam pagos os 500 mil euros em faturas, iriam entrar para a dívida ou seriam pagos de outra forma.
108. O **Membro Valentino Cunha** afirma que ao ouvir a intervenção da CDU se lembrou do filme 2001, “Odisseia no Espaço”, mas apenas por causa do ano, porque realmente estamos em ano eleitoral e comprova-se que a CDU está mesmo de volta a 2001, mas da sua parte podem ficar descansados porque, pelo menos da minha parte pessoal, considera justo que seja reconhecido o trabalho desenvolvidos pela CDU e ninguém está a tirar o mérito que a gestão autárquica da CDU teve no seu tempo, pois construiu infraestruturas necessárias importantes para o concelho e nunca ouvi ninguém dizer nesta sessão que esse mérito não era da gestão da CDU e dos executivos maioritários que teve durante muitos anos, nem nunca o ouviu dizer mal da construção do pavilhão gimnodesportivo, das piscinas, da própria infraestrutura do parque industrial e do centro sociocultural, entre outros.
109. Refere que não esteve cá para ver, mas faz esse reconhecimento e esse reconhecimento obviamente advém também do dinheiro que havia, não só em Vendas Novas, mas em todo o país, para desenvolver as infraestruturas.
110. Tendo em conta o ponto em que Portugal se encontrava na altura do 25 de Abril e como era necessário desenvolver o país para se tornar um país europeu e desenvolvido, sem os apoios da União Europeia, essa que muitas vezes causa alguma frieza na espinha da CDU, provavelmente em Vendas Novas não se teria nem metade do desenvolvimento.
111. Mas reconhecimento à parte, afirma que quando o dinheiro da União Europeia dos Quadros Comunitários acabou e quando a bitola da União Europeia passou a ser para o desenvolvimento social e não tanto para o

desenvolvimento de cimento e de betão de infraestruturas, aconteceu o que se viu, tendo em conta a evolução do Município principalmente nos últimos 12 anos.

112. A melhor frase que encontra para resumir aquilo que era a mentalidade que vigorou durante os últimos 12 anos 12 anos de CDU e que levou o Município ao descalabro financeiro que levou, é uma frase do Membro José Leitão, que disse mais ou menos “quando a dívida era de 7,5 milhos, a capacidade de endividamento ainda era de 500 mil”, considerando que isso basta para resumir 12 anos.
113. O **Membro José Filipe Barradas**, de forma a corrigir e lembrar o Presidente, que deve ter andado muito tempo distraído, ao dizer que os equipamentos desportivos e culturais não eram utilizados, informando que os mesmos era utilizados bastantes vezes, todos os fins-de-semana, todos os dias, não havendo um único dia em que os mesmos não fossem utilizados, referindo que uma vez mais na intervenção do Presidente ficou a ideia que agora é que são utilizados e que anteriormente estavam praticamente fechados.
114. Refere que o atual executivo utiliza atualmente o nome de Vendas Novas, Cidade Desporto, sendo que esse nome é da CDU e não deste executivo, pois foi a CDU que avançou com essa designação.
115. Em relação à intervenção do Membro Luís Matias, agradece, pois lembrou algo muito importante, pois as execuções da CDU seriam de cerca de 38% e os orçamentos eram 16 milhões e como atualmente são de 8 milhões, se os orçamentos fossem mais realistas a execução seria de 70 %.
116. O **Membro José Leitão** refere que o Membro Valentino Cunha falou em Portugal, país europeu, afirmando que Portugal é europeu desde o ano de 1143, sabendo que por onde o referido Membro anda, agora criou-se o hábito de quando se fala da União Europeia, se fala da Europa, mas não são a mesma coisa e são até bastante diferentes e está a assistir-se talvez, não a uma união mas a uma desunião europeia.
117. O **Membro Luís Matias** pergunta como é que eram elaborados orçamentos com 16 milhões em Vendas Novas.
118. O **Presidente da Câmara Municipal**, respondendo ao Membro Luís Matias, informa que era fácil, metem-se os 10 milhões de terrenos que a Câmara Municipal tem para venda no orçamento e executa-se zero, afirmando que é desta forma que se fazem orçamentos de 16 milhões, com execuções de 29 %, empola-se a receita ao máximo e coloca-se lá dentro toda a receita que se pensa que um dia se poderá vir a ter, gere-se como se se tivesse os 16 milhões, mas na verdade o que se cria é dívida, considerando que os últimos dois mandatos da CDU em Vendas Novas permitem facilmente perceber isto.
119. Refere que o orçamento atualmente é de 9 milhões e com as revisões passou para 10 milhões, com os fundos que o executivo conseguiu, no entanto, estes 10 milhões são realistas, executa-se 99%, os 10 milhões são aqueles que o executivo sabe que dificilmente não executa.
120. Afirma que com um bom planeamento o executivo conseguiu seguir um rumo, mesmo com menos margem, sendo verdade que qualquer executivo gostaria de ter um orçamento de 16 milhões para gerir, pois quase não necessitaria de lá colocar projetos, seriam feitos à medida que se lembravam, mas o problema depois seria pagá-los.
121. O que referiu aconteceu em Vendas Novas, com muitos projetos que ainda não foram pagos, estando o executivo a pagar ainda hoje, com recurso a financiamento bancário, com muito bons juros, com um bom fim social, cultural e desportivo, mas sem dinheiro para serem feitos, ou seja respondendo ao Membro Luís Matias informa que é fácil justificar os 16 milhões, bastando ser criativo na construção do orçamento e também quando são prestadas as contas, de forma a justificar os 26 % de execuções.
122. Informa que, na presente sessão o PS e o PSD têm de justificar, para que possa ser votado o documento, os 86 % de execução e imagina a criatividade que era necessária para justificar 26%.

123. Refere que de facto Vendas Novas tem uma história e teve um período áureo, tal como Portugal também teve, na década de 80 e 90, com muito dinheiro, com a entrada para a União Europeia e com uma série de coisas, que fizeram com que catapultasse o crescimento económico, bem como o poder de compra das famílias.
124. Esse período de governação com dinheiro para tudo, foi um período de governação em que a CDU esteve à frente dos destinos da Câmara Municipal e que fez muita obra positiva, certamente nem tudo, pois acredita que também tenham errado, mas quem ouve o Membro José Filipe não pensa assim, mas todos erram tal como o atual executivo em apenas 4 anos de mandato.
125. No entanto, considera que em 37 anos de gestão, com momentos económicos muitos favoráveis, com Quadros Comunitários que pagavam tudo, a obra, a matéria-prima, a máquina e os recursos humano, ainda bem que a CDU o aproveitou e aproveitaram os recursos do Concelho para que agora o atual executivo os possa usar legitimamente, estando a fazer o melhor que sabe e que pode, ainda que também erre.
126. Para terminar, informa o Membro José Leitão que não se deve esquecer que Portugal é um País da Europa e do Mundo.
127. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 votos contra da CDU, **aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2016.**

2.º Ponto – RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

128. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º Ponto da Ordem de trabalhos, que é apenas para tomada de conhecimento, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
129. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que não tem muito acrescentar, pois trata-se de um documento da Revisora Oficial de Contas da Câmara Municipal, que espelha aquilo que acabámos de discutir das GOP's e da evolução financeira do Município, só que em vez de ser feita pelos técnico do Município, foi feita por uma entidade externa, tratando-se de um espelho exato e fiel do que já referiu anteriormente
130. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

3.º Ponto - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, PPI E PAM DE 2017

131. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
132. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que no documento se encontra uma gralha, pois é a 1.ª Revisão de 2017 e refere que também não irá acrescentar muito mais, pois já teve oportunidade de o fazer em resposta à Bancada da CDU, aquando da intervenção do Membro José Leitão.
133. Refere que foram 963 mil euros, com que o executivo terminou o ano 2016, e sem dívidas, que reforçam agora o Orçamento, tal como também tinham anunciado quando foram apresentadas as Grandes Opções do Plano, em que existiam vários projetos de investimento e mesmo de atividades, praticamente vazios, porque contavam com este saldo transitado para introdução e para dar peso corpóreo financeiro ao que é o orçamento do Município.
134. Portanto, entram estes 963 mil euros nos projetos em que o executivo tinha colocado menos dinheiro, porque se realizavam um pouco mais à frente no tempo, em termos de atividades ou porque estavam previstos candidatar ou que por algum motivo não eram feitos no primeiro trimestre e, então, o que o executivo fez foi pôr no orçamento um pouco menos dinheiro e agora com a Revisão inserir essas verbas, tal como estava previsto e como foi anunciado nas Grandes Opções do Plano

135. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 3.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU), **aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento, PPI e PAM de 2017**.

4.º Ponto – RELATÓRIO ANUAL DE 2016 DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

136. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, que também é para tomada de conhecimento e solicita ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
137. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que, tal como está previsto no enquadramento legal, a Câmara Municipal tem de elaborar este relatório anualmente e submeter o mesmo ao conhecimento dos órgãos.
138. Informa que ao longo do ano 2016, o executivo trabalhou esta questão da corrupção, da fraude ou das infrações conexas a estes escapes legais e o mesmo foi trabalhado internamente prevenindo essas situações, destacando-se a implementação de um sistema documental na Câmara Municipal de Vendas Novas, que desmaterializa processos, sendo um procedimento de modernização administrativa, mas que também fixa no tempo, entradas e saídas de documentos, bem como a participação de cada colaborador sobre qualquer tipo de processo de trabalho, sendo isso que fica registado nesta aplicação, sem que haja possibilidade de alteração de qualquer dos dados mencionados.
139. Afirma que se tratou de um projeto comum a todos os municípios da CIMAC e não apenas à Câmara de Vendas Novas, em que Vendas Novas foi um dos Municípios pioneiros, pelo menos a implementar este sistema de gestão documental e desmaterialização de documentos.
140. Assim, informa que este foi o principal trabalho feito, reduzindo com isto a possibilidade de infrações sobre a parte documental e de decisão.
141. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

5.º Ponto – RELATÓRIO ANUAL (2016) DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE VENDAS NOVAS

142. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, que é igualmente para tomada de conhecimento, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
143. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que, se lhe for permitido, abordaria já os 5.º e 6.º pontos, uma vez que são pontos semelhantes, embora as freguesias sejam bem diferentes, informando que, como tinha sido anunciado no final do 1.º semestre, temos presentes os relatórios de acompanhamento aos contratos interadministrativos de delegação de competências com as duas freguesias do nosso concelho, de Vendas Novas e da Landeira e em que, de forma mais elaborada do que tinha vindo no primeiro semestre, temos o espelho daquela que foi a atividade das nossas Juntas de Freguesias, em cada uma das competências que têm, no caso de freguesia de Landeira com mais competências e a freguesia Vendas Novas com menos competências, mas com uma escala de intervenção também diferente.
144. Portanto são relatórios que são elaborados pelas respetivas Juntas de Freguesia, sendo de alguma forma uma submissão conjunta à Assembleia, sendo por essa razão que é a Câmara a fazê-lo e não as referidas Juntas, tratando-se de um documento que, depois de ir à Câmara Municipal, é um documento de ambas as instituições.
145. Informa que estes documentos são apenas para conhecimento daquela que foi a evolução dos trabalhos, em matéria de delegação de competências.

146. O **Membro José Leitão** refere que a sua intervenção é a propósito da página 3 do relatório, no ponto 4, em que diz que, na parte de recursos humanos e modo de afetação temos de referir que estava previsto que fossem destinados à execução do contrato, a disponibilização 5 assistentes operacionais para o ano 2016 e apenas foram disponibilizados 4 funcionários.
147. Depois à frente, afirma que é dito que “derivado às tarefas ficou estipulado no contrato, houve a necessidade de estabelecer contratos de emprego-inserção e emprego-inserção mais” assim foi despendido durante o ano 2016 o valor de 21.110,08 euros, para pagamento de bolsas subsídio, refeições e segurança.
148. Nesse sentido a Bancada da CDU tem 2 questões, refere que é sabido que a precaridade laboral é algo que graça na administração pública e tem graça e foi apanágio da política do anterior governo, por isso a redução do numero de funcionários e aumento da precaridade através das mais diversas formas de contratação e afins.
149. Afirma que estes contratos a desempregados, que estão a ser subsidiados, criam alguns anacronismos e na sua atividade tem-se deparado com algumas situações, que é haver trabalhadores que muitas vezes ao irem desempenhar funções, vão substituir trabalhadores em postos de trabalho, não indo para uma ocupação e muitas vezes acontece que estes desempregados têm um subsídio de 400 euros, têm um acréscimo de 20 % do subsídio desemprego, o que lhe dá 480 euros e estão a trabalhar ao lado pessoas que ganham o ordenado mínimo a desempenhar as mesmas funções, sendo esta uma realidade pelas autarquias com que trabalha, considerando que é extremamente injusto haver trabalhadores a desempenharem as mesmas funções, sendo que uns, porque estão desempregados, acabam por ganhar menos que o salário mínimo.
150. Existem outros relacionados com a inserção profissional e a sua integração social e neste aspeto levanta-se a mesma questão, pois muitas vezes estes trabalhadores quando vêm para as autarquias, vêm para ser integradas social e profissionalmente, mas muitas vezes são utilizados como mão-de-obra barata, ou seja, vão desempenhar as mesmas funções que qualquer outro trabalhador da autarquia, não existindo preocupação na inserção profissional e social dessas pessoas.
151. Em relação ao protocolo de Vendas Novas, pois essa questão não existe relativamente à Landeira, apela que quando se verificar a realização do novo protocolo, fosse dada atenção a estas circunstâncias, nomeadamente, o número de trabalhadores a afetar aos serviços, de forma a que estas situações não existissem.
152. O **Presidente da Câmara Municipal**, sem se alongar muito, refere que esta reflexão sobre a precariedade é importante nos nossos dias, mas não se pode esquecer a outra “face da moeda”, pois sempre existem dois lados, e se há pessoas que de facto vêm com uma motivação muito pequena para esta missão, também existem aqueles que vêm e se entregam, dedicam, se mostram e se valorizam.
153. Refere que no caso da Junta de Freguesia Vendas Novas, durante o último ano, 2 dos funcionários que vieram trabalhar sobre alçada da referida Junta de Freguesia, para área das varreduras, felizmente encontraram emprego, graças a isso, sendo este os bons casos e que fazem valer a pena os programas.
154. Portanto, existem casos de pessoas que têm a oportunidade de mostrar o que valem, em funções que não são de menor importância para a comunidade em que vivem, em vez de estarem em casa e, se assim também ganham um pouco mais, e, se o programa funciona, existindo vários desses exemplos na Câmara Municipal, tal como também existem casos de insucesso e fracasso, que são as pessoas que não ganham mais motivação e que pelo contrário se resignam, mas isso não depende da Câmara Municipal.
155. Informa que o programa tem uma finalidade e Vendas Novas tinha uma série de pessoas muito válidas, que se encontravam em casa, no momento em que não havia emprego, ainda que o nosso Município nunca teve os problemas de desemprego que tiveram outros municípios, aliás Vendas Novas é o Município do Alentejo com menos desemprego, pelo que não recorre a estes programas como o fazem muitas Câmaras Municipais e Juntas Freguesia, para substituição de postos de trabalho.
156. No entanto, pode dar uma garantia e a Presidente de Junta que se encontra presente também poderá a seguir confirmar, de que os dois casos que estiveram neste programa durante o ano 2016 conseguiram emprego, o que

considera muito bom e que para o executivo foi um caso de sucesso e é estes casos que fazem valer a pena recorrer aos programas, valorizar e apoiar as pessoas no momento mais difícil, dando-lhes a motivação, o ânimo e as mais-valias que elas precisam para voltar ao mercado de trabalho.

157. Segundo lhe parece, um dos casos que referiu, está neste momento a concorrer aos concursos que a Câmara Municipal abriu, um terceiro elemento, pelo que considera que isto faz valer a pena e o trabalho que produziram no âmbito deste contrato também importante para as pessoas.
158. Informa o Membro José Leitão que, em 2013, quando o atual executivo assumiu funções, a varrer as ruas na Freguesia de Vendas Novas e sob a alçada do Município de Vendas Novas só existiam 2 trabalhadores, para varrer as ruas desta cidade, julgando que todos consideram ser muito pouco.
159. Portanto, a Câmara Municipal tinha assumido um compromisso, com a Junta de Freguesia, em contrato aprovado por esta Assembleia, de passar 5 colaboradores e um desses trabalhadores, por vicissitudes que não irá referir, deixou de estar ao serviço do Município e a Junta de Freguesia, e bem, muniu-se do dinheiro que a Câmara Municipal lhe estava a transferir para colmatar essa lacuna, considerando que a mesma valeu a pena porque a pessoa se valorizou e porque arranhou emprego.
160. Refere que não irá entrar em mais detalhes, informando que a parceria funciona, a delegação de competências tem vindo a melhorar um pouco o trabalho, neste momento a Junta de Freguesia tem competências a sério para executar, porque infelizmente atualmente as Juntas de Freguesias já não têm as competências que tiveram no passado, pelo que têm que assumir competências que as valorizem.
161. Conclui afirmando que Vendas Novas é um caso em que as coisas funcionam, quer com a Landeira quer com Vendas Novas e em que depois da delegação de competências melhoraram as situações das nossas ruas e das nossas escolas e isso, não estando perfeito, é importante.
162. O **Membro José Leitão** refere que também conhece várias pessoas que não integraram nenhuns programas e que arranjam emprego e também conhece pessoas que integraram e continuam a integrar programas, que saíram dos CEI e passaram para os CEI+ mais.
163. Informa que conhece uma pessoa numa autarquia do nosso Distrito, que é precário há 18 anos, é auxiliar de Ação Educativa e também sabe de pessoas que estão integradas em programas destes, que não têm qualquer hipótese de algum dia virem a integrar os quadros da Câmara devido ao baixo nível de habilitações literárias que têm, pois não têm o requisito mínimo de habilitações.
164. Conhece quase toda a situação, referindo que felizmente nos encontramos numa altura em que há mais emprego e por essa razão estas situações começam a reduzir.
165. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

6.º Ponto – RELATÓRIO ANUAL (2016) DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA

166. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

7.º Ponto - LOCAÇÃO FINANCEIRA, NA MODALIDADE DE LEASING, PARA A AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DUAS CARRINHAS

167. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de forma a fazer a respetiva introdução.
168. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que anteriormente se falou de viaturas, de investimentos e de coisas que o executivo não conseguiu fazer no ano passado e que infelizmente está a fazer este ano e este é um caso

claro, tratando-se de um processo que começou em abril de 2016 e por prazos legais, elaboração de documentos e uma série de questões que são de lei, apenas agora se encontra na Assembleia, quando isso deveria ter acontecido há muito tempo e era o que o executivo teria preferido.

169. Informa que, sendo uma locação financeira e sendo uma competência da Assembleia, vem à presente sessão a aprovação de um leasing para aquisição de uma viatura de recolha de resíduos urbanos e duas carrinhas de transporte de criança, para substituição de duas que estão permanentemente avariadas.
170. Trata-se por isso de uma viatura importantíssima para o serviço de recolha de lixo, e já em diversas vezes se falou na idade dos camiões do lixo, sobretudo aquando do pico do problema, em 2015, e agora após a votação e apreciação aqui na Assembleia, o processo seguirá para o Tribunal de Contas, uma vez que se trata de um leasing, para obtenção do visto para este procedimento.
171. O **Membro Valentino Cunha** alerta para o facto de que, pelo menos na sua documentação e da sua colega, o mapa dos cashFlow não vir completo e solicita que o mesmo seja remetido posteriormente.
172. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 7.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU), **autorizar, ao abrigo do disposto nos artigos 49.º e 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a contração da operação de locação financeira para aquisição de uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos e duas carrinhas de 9 lugares para transporte de crianças, junto do “Banco Santander Totta, S.A.”, nas condições da proposta apresentada pela Câmara Municipal e aprovar a assunção do compromisso plurianual associado ao contrato de leasing em apreço.**

8.º Ponto - AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO

173. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando novamente ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
174. O **Presidente da Câmara Municipal**, informa que esta é uma situação também já habitual na Câmara Municipal, está a terminar o contrato de fornecimento de combustível para o estaleiro e pelos valores e por se tratar de um compromisso plurianual a competência para autorizar o procedimento é da Assembleia Municipal, sendo isso que vem para apreciação, tal como se pode ver nos documentos.
175. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 8.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU), **autorizar a abertura de procedimento para fornecimento de gasóleo para abastecimento da frota municipal, com os encargos máximos nos anos posteriores ao atual exercício económico de acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal e autorizar a assunção dos compromissos plurianuais que venham a resultar do procedimento descrito acima**

9.º Ponto - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO ESTATUTO DA OPOSIÇÃO – ANO 2016

176. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º Ponto da Ordem de trabalhos, que também é para tomada de conhecimento, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
177. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que também no cumprimento normativo legal que obriga a Câmara Municipal à elaboração deste relatório, como foi visível nas páginas do mesmo, foram cumpridas todas as determinações legais quanto ao estatuto da oposição.
178. Afirma que foram sempre enviadas as informações a tempo e horas, quer verbalmente, quer por escrito, foram respondidas todas as questões que foram sendo colocados e também prestada a informação à presente Assembleia, o que no anterior mandato não acontecia.

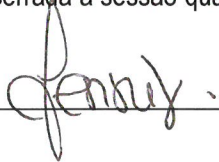
179. Portanto, informa que o atual executivo sempre cumpriu os normativos, nomeadamente um ponto importante que a Lei claramente determina, que é o serem ouvidos no momento de elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano seguinte.
180. Assim, ao longo do ano 2016, tal como já aconteceu em 2014 e 2015, foram cumpridas todas as determinações de estatuto de oposição que estão matizadas e consideradas na lei e vem para conhecimento desta Assembleia o referido Relatório.
181. O **Membro José Leitão** informa que não está tudo conforme o que é dito no referido relatório, ou seja, no mesmo é dito que se procedeu à divulgação das atas das reuniões de Câmara e das sessões da Assembleia Municipal na página de internet da Autarquia após a sua aprovação, afirmando que a última ata, na internet, da Câmara Municipal, é a ata n.º 28 do ano 2016 ou seja correspondente a 7 de dezembro 2016, a partir dessa data não se encontra lá mais nenhuma.
182. Relativamente às atas da Assembleia Municipal, refere que a que se encontra na referida página, é a ata n.º 2, de 30 de abril de 2016, sendo que faltam todas as outras.
183. O **Presidente da Câmara Municipal** informa o Membro José Leitão que a publicação das atas tem que ser pública, considerando que a oposição não pode negar que não tem conhecimento delas, pois nada é escondido, uma vez que tanto as atas das reuniões da Câmara como das sessões da Assembleia são votadas e tornadas públicas.
184. Portanto, se as mesmas não se encontram no *site*, é por algum lapso que possa ter acontecido, pois pode acontecer, não é a primeira vez e também é verdade que as coisas têm estado a evoluir com o site que faz parte de um projeto conjunto da CIMAC.
185. No entanto, afirma que as atas estão disponíveis para consulta de qualquer munícipe, pelo que não é verdade que a oposição não tenha acesso às mesmas. Assim, considera que não se verifica nenhuma violação legal como foi dito.
186. O **Membro José Leitão** considera que aqui há um problema de português, afirmando que o que está escrito no relatório é "procedeu-se à divulgação das atas das reuniões da câmara municipal e das sessões da assembleia municipal na página da internet da autarquia após a sua aprovação", pensando que isso é esclarecedor.
187. Para encerrar o assunto, o **Presidente da Câmara Municipal** informa que de facto estão publicadas todas as atas na página do município na internet, podendo faltar uma de dezembro de 2016, mas o relatório remonta a 2016 e no máximo se faltar, poderá ser apenas uma.
188. Tal como referiu, poderá ter acontecido um lapso, pois não há ninguém que não erre e pode faltar uma ata, mas se o relatório é de 2016 se o referido Membro diz que estão lá as atas até 27 dezembro, data da última reunião então bate tudo certo, nada foi violado.
189. Refere que no próximo ano, com este executivo ou com outro, quando este relatório for apresentado, o referido Membro poderá então dizer que em abril de 2017, aquando a Assembleia Municipal não estava tudo direitinho e depois foi colocado, pois a situação irá ser corrigida, mas em 2016 afirma que estava tudo correto.
190. O **Membro José Leitão** considera que anteriormente era um problema de português e agora um problema de audição, porque o que disse foi que, referente à Assembleia Municipal, a última ata que estava publicada é a ata n.º 2, de 30 de abril de 2016, afirmando que não falta só uma, faltam mais.
191. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

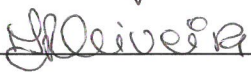
10.º Ponto - INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

192. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
193. Em relação à atividade municipal deste período, o **Presidente da Câmara Municipal** refere que passou apenas um mês, não há nada que não seja público neste caso, em termos de atividades e investimentos está tudo disponível, se não tiver no site da Câmara, está no facebook e se não estiver no facebook têm vindo a dar as informações necessárias.
194. Em relação a dívidas a fornecedores, informa que também consta dos documentos a grelha de evolução do mandato, sendo que este também era um assunto crítico no mandato anterior, isto era pedido sucessivamente e não era disponibilizado e portanto agora à data do encerramento das contas do mês anterior às assembleias também consta dos documentos, considerando que isso também deveria ter merecido uma ressalva por parte do membro José Leitão, porque era uma coisa que era pedido pelas oposições de então e não era disponibilizado.
195. O **Membro Luís Matias** pergunta à Câmara Municipal como estão os preparativos para o projeto “Academias de Verão”, se já há ideias sobre o mesmo, se irá funcionar nos mesmos moldes ou se há novidades sobre o mesmo.
196. Não havendo mais questões e sendo que as “Academias de Verão” são do pelouro da área da juventude, o **Presidente da Câmara Municipal**, passa a palavra à Vice-Presidente.
197. A **Vice-Presidente, Ana Carla Barros**, saúda todos os presentes e em relação à questão colocada pelo Membro Luís Matias, informa que o executivo levou à reunião de Câmara, uma Proposta de Regulamento de Ocupação Temporária para Jovens e conta levar esse assunto ao próximo Conselho Municipal de Juventude que será ainda na presente semana, uma vez que essa proposta de regulamento vai entrar no período discussão pública.
198. Refere que a questão que se coloca é se o Projeto Academias de Verão vai integrar essa Regulamento ou se vai permanecer como até aqui, como um projeto individual, ou seja, o executivo quer ouvir o Conselho Municipal de Juventude sobre esse assunto, pelo que na presente semana o executivo já terá mais indicações de acordo com aquela que é a visão do referido concelho, uma vez que ambas as iniciativas são para o público jovem.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
2. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 42 minutos, do dia 3 de abril de 2017.

A Presidente da Assembleia:  _____

A 1.ª Secretária:  _____

Anexos

Voto de Louvor

À Vida e Obra do Padre Manuel da Silva Aires

No seguimento da cerimónia de reconhecimento da indelével memória de Manuel da Silva Aires, no passado domingo, dia 2 de Abril de 2017, considera a Assembleia Municipal que deve associar-se à homenagem de uma figura incontornável da vida comunitária em Vendas Novas, das últimas décadas.

O Padre Manuel da Silva Aires, ou simplesmente Padre Aires como era conhecido por todos, foi um homem que dedicou 28 anos da sua vida à comunidade de Vendas Novas e às suas gentes do seu concelho.

Grande parte da população de Vendas Novas aprendeu com ele, usufruiu da sua palavra amiga e conselheira, bem como testemunhou a sua simpatia, generosidade e bondade ímpar.

Foi dinamizador das paróquias de S. Domingos Sávio e de Sto. António, e nelas conseguiu congregar gerações nas mais variadas atividades: lúdicas, desportivas, festivas e religiosas.

Não sendo natural de Vendas Novas, e por força dos longos anos que connosco conviveu, o Padre Aires sentia-se um vendasnovense convicto, razão essa, que levou os Salesianos e o Município de Vendas Novas a avançar com as cerimónias festivas de homenagem que decorreram no passado domingo. O descerrar da placa toponímica que agora batiza a "Rua Padre Aires" prolonga fisicamente a sua memória, e a todos nos faz recordar do seu enorme contributo a esta terra.

O Padre Aires partiu em 2009, com 79 anos. Na memória de todos ficará a sua bondade, carinho, altruísmo e personalidade abnegada.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 3 de Abril de 2017, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal de Vendas Novas, **associa-se à manifestação de homenagem** a alguém que muito deu ao nosso concelho, e **presta um louvor** formal à vida e obra do Padre Manuel da Silva Aires.

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas,


Pedro Barbas


Luis Laranjo Matias